

CONTADOR



Município de Toropi/RS
Concurso Público 001/2026

PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

 3 horas

 40 questões

 4 alternativas

 Saída permitida somente após
1 hora de prova

 O candidato só poderá
levar este Caderno após
2 horas de prova

INSTRUÇÕES



Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

- ▮ O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta.
- ▮ Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- ▮ Antes de sair da Sala de Prova, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e, após, se desloque imediatamente para a saída do local de prova.
- ▮ Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- ▮ A divulgação do gabarito preliminar se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AO INSTITUTO LEGALLE. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

RASCUNHO PARA GABARITO

01		06		11		16		21		26		31		36	
02		07		12		17		22		27		32		37	
03		08		13		18		23		28		33		38	
04		09		14		19		24		29		34		39	
05		10		15		20		25		30		35		40	

Para responder às questões 01 a 10, leia o texto abaixo.

Assistência farmacêutica no Brasil

A análise das políticas públicas voltadas à assistência farmacêutica (AF) no Brasil exige a consideração de processos históricos complexos, nos quais interagem dimensões institucionais, disputas técnico-científicas e dinâmicas sociais, inscritas na conformação do Sistema Único de Saúde (SUS). De forma pioneira, o Movimento Sanitário e a Reforma Sanitária Brasileira configuraram fenômenos sócio-históricos que marcaram a segunda metade do século XX, constituindo elos fundantes da história e da política de saúde no Brasil. Sua conquista mais visível, a implantação do SUS, transformou profundamente o setor, incluindo a definição de novos horizontes para a AF. Ambos os movimentos enfatizaram a necessidade de garantir o pleno acesso aos medicamentos, reforçando a urgência de institucionalizar uma política nacional de medicamentos.

A promulgação da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080), que instituiu o SUS, inseriu, pela primeira vez, a assistência terapêutica e farmacêutica no conjunto das ações e serviços de um sistema de saúde. Até então, os medicamentos estavam sob a responsabilidade da Previdência Social, sendo regidos pela Central de Medicamentos (CEME). Criada em 1971, essa autarquia mantinha relativa independência frente ao Ministério da Saúde (MS) e atuava como instância de conciliação entre a oferta nacional de medicamentos e a capacidade aquisitiva de seus beneficiários.

Essa reconfiguração institucional impôs uma nova paisagem assistencial à AF, até então marcada por um desenho centralizado e excludente. A proposta da CEME confrontava diretamente os novos paradigmas inaugurados pelo SUS. Nesse contexto, a inclusão do acesso à farmacoterapia no âmbito das políticas sanitárias estabeleceu o compromisso de sua garantia como um direito público, sob responsabilidade do Estado. No entanto, somente ao final da década de 1990 a AF passou a incorporar, de forma mais efetiva, os dispositivos constitucionais da descentralização, universalidade, integralidade e equidade.

O primeiro marco político nesse sentido foi a aprovação da Política Nacional de Medicamentos (PNM), em 30 de outubro de 1998. Elaborada sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Saúde do MS, e integrante da Política Nacional de Saúde, a PNM buscou alinhar a questão dos medicamentos e da AF ao modelo assistencial do SUS, especialmente no que se refere à implementação de ações capazes de promover a melhoria das condições da assistência à saúde da população. Com o objetivo de garantir a segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, bem como promover seu uso racional, a PNM observa e fortalece os princípios e as diretrizes constitucionais e legalmente estabelecidos.

É evidente o esforço de adequação do campo farmacêutico aos princípios do SUS. Todavia, o desenho dessa política ainda preserva uma ênfase centrada no medicamento, orientando não apenas a modelagem da assistência farmacêutica, mas também um amplo conjunto de ações correlatas. Assim, se antes da PNM havia uma desarticulação da assistência farmacêutica no âmbito dos serviços de saúde, a (re)articulação promovida por essa política foi estruturada com base nos contornos estabelecidos pelo medicamento. Nesse sentido, limitar sua compreensão a uma função exclusivamente terapêutico-assistencial desconsidera a multiplicidade de modos de existência e de ação que o medicamento pode assumir, obscurecendo as ambivalências que o situam em contextos culturais e sociais específicos.

Os medicamentos são veículos de ideologias: moldam percepções de saúde, constroem identidades e influenciam valores e relações sociais. Sua apropriação, portanto, requer uma observação ampliada, que os considere como parte de uma dinâmica do cuidado, capaz de revelar a arquitetura das relações sociais nas quais estão inseridos. Somente assim é possível reconhecer os processos plurais e, por vezes, conflitivos que vinculam medicamentos e farmacêuticos à produção de saúde.

Fonte: PENAFORTE, T. R. Assistência farmacêutica no Brasil: uma análise antropológica da formulação da Política Nacional de Assistência Farmacêutica. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 31, n. 1, 2026 (com adaptações).

Questão 01. Com base nas ideias expressas no texto a respeito dos processos históricos que envolveram a saúde pública e a Assistência Farmacêutica no Brasil, analise as assertivas que seguem:

- I. A assistência farmacêutica no Brasil formou-se à margem das lutas sociais e das dimensões institucionais que ergueram o Sistema Único de Saúde.
- II. A implantação do Sistema Único de Saúde é apontada pelo texto como o resultado de maior visibilidade alcançado pelos movimentos sanitários.
- III. A assistência farmacêutica já integrava o conjunto de ações e serviços do sistema nacional de saúde antes da aprovação da Lei Orgânica da Saúde.
- IV. Tanto o Movimento Sanitário quanto a Reforma Sanitária defenderam a garantia do pleno acesso da população aos medicamentos.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.

Questão 02. A reconstrução histórica das políticas públicas de assistência farmacêutica (AF) no Brasil revela que a consolidação dos preceitos do Sistema Único de Saúde não ocorreu de forma imediata. Ao analisar a trajetória institucional que vai da criação da Central de Medicamentos às reformas do final do século XX, o texto demonstra que a incorporação efetiva das diretrizes constitucionais da descentralização, universalidade, integralidade e equidade na AF deu-se:

- (A) De maneira simultânea e automática à criação da Central de Medicamentos, em 1971, autarquia que já operava sob a gestão direta do Ministério da Saúde.
- (B) Imediatamente após a promulgação da Lei Orgânica da Saúde, a qual consolidou, de pronto e na prática imediata, a descentralização do acesso aos fármacos.
- (C) De forma gradual e progressiva, culminando na aprovação e institucionalização da Política Nacional de Medicamentos no final da década de 1990.
- (D) Antecipadamente à Constituição de 1988, momento em que a Lei Orgânica da Saúde transferiu a responsabilidade da farmacoterapia para a Secretaria de Políticas de Saúde.

Questão 03. Ao afirmar que a Central de Medicamentos atuava como instância de conciliação entre a oferta nacional de medicamentos e a capacidade aquisitiva de seus beneficiários, o autor deixa subentendido que a política pré-SUS:

- (A) Assegurava distribuição gratuita e irrestrita de remédios a toda a população brasileira sem distinção de renda.
- (B) Operava sob uma lógica mercantil e segmentada, distanciada do princípio de universalidade do acesso.
- (C) Delegava aos estados e municípios a responsabilidade total pela compra e distribuição de fármacos.
- (D) Subordinava as estratégias de oferta da indústria farmacêutica privada às diretrizes sanitárias unificadas do Ministério da Saúde.

Questão 04. De acordo com o texto, a Política Nacional de Medicamentos (PNM), integrante da Política Nacional de Saúde, foi elaborada com a finalidade de alinhar a Assistência Farmacêutica às diretrizes do Sistema Único de Saúde. A respeito dos objetivos expressos da PNM, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE um de seus pilares fundamentais.

- (A) A priorização da fiscalização da indústria em detrimento da dimensão assistencial do atendimento.
- (B) A transferência do controle logístico de insumos essenciais de saúde para consórcios do setor privado.
- (C) O condicionamento da garantia de qualidade dos insumos à prévia comprovação da capacidade de financiamento por parte dos estados e municípios.
- (D) A promoção do uso racional dos medicamentos, articulada à garantia de sua eficácia e qualidade.

Questão 05. No encerramento do texto, o autor defende a necessidade de superar a visão puramente instrumental do insumo farmacêutico. Ao caracterizar os medicamentos como **veículos de ideologias**, o texto fundamenta a tese central de que esses produtos:

- (A) Carregam múltiplos modos de ação e existência que extrapolam a neutralidade biológica, moldando valores e percepções no âmbito da atenção à saúde.
- (B) Devem ter sua utilidade avaliada sob a perspectiva da eficácia biomédica e da segurança farmacológica aferidas em ensaios clínicos controlados.
- (C) Servem como instrumentos de doutrinação partidária utilizados pelo Estado para impor diretrizes sanitárias sem o consentimento da população.
- (D) Atuam como elementos de distorção da prática farmacêutica, ao subordinar a ética assistencial dos profissionais aos interesses de lucratividade do complexo econômico-industrial.

Questão 06. A respeito dos recursos coesivos, das relações sintático-semânticas e das escolhas estilísticas empregadas no quinto parágrafo do texto, analise as partes que seguem:

(1ª parte): O uso do prefixo entre parênteses na palavra (re)articulação cumpre a função discursiva de denotar que a integração promovida pela PNM restaurou exatamente o mesmo modelo que vigorava na época da CEME.

(2ª parte): O conector Todavia estabelece uma relação de causalidade, indicando que o foco no medicamento é o motivo direto para o sucesso da adequação às diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Pode-se afirmar que:

- (A) A 1ª parte é verdadeira, e a 2ª parte é falsa.
- (B) A 1ª parte é falsa, e a 2ª parte é verdadeira.
- (C) Ambas as partes são verdadeiras.
- (D) Ambas as partes são falsas.

Questão 07. Com base na interpretação do texto no tocante às diferenças entre o arranjo institucional pré-SUS e a consolidação do acesso à farmacoterapia como política pública sanitária, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Antes do processo de reconfiguração institucional trazido pelo Sistema Único de Saúde, a gestão dos medicamentos estava vinculada à Previdência Social.
- (B) A estrutura da CEME caracterizava-se pela ausência de autonomia frente ao Ministério da Saúde, ao qual se alinhava de forma simétrica desde sua criação.
- (C) A inclusão do acesso à farmacoterapia no campo das políticas sanitárias formalizou o compromisso de garantir esse acesso como um direito público.
- (D) Sob o modelo do Sistema Único de Saúde, a garantia do acesso à farmacoterapia passou a ser de responsabilidade direta do Estado.

Questão 08. Analise a estrutura sintático-gramatical e as regras de acentuação gráfica do trecho a seguir: **o Movimento Sanitário e a Reforma Sanitária Brasileira configuraram fenômenos sócio-históricos que marcaram a segunda metade do século XX...** Em relação às propriedades linguísticas do período, analise as assertivas abaixo:

- I. A presença do vocábulo **que** atua como elemento de coesão sequencial, mantendo a unicidade de um período simples estruturado sobre uma só oração.
- II. Os vocábulos **fenômenos** e **século** são acentuados graficamente com base na mesma regra ortográfica, pois ambos são palavras proparoxítonas.
- III. O verbo **configuraram** possui sujeito composto, constituído pelos núcleos **Movimento Sanitário** e **Reforma Sanitária Brasileira**.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 09. No trecho **No entanto, somente ao final da década de 1990 a AF passou a incorporar, de forma mais efetiva, os dispositivos constitucionais**, a alteração no emprego das vírgulas que mantém a correção gramatical e o sentido original do texto é:

- (A) No entanto somente ao final da década de 1990, a AF passou a incorporar de forma mais efetiva, os dispositivos constitucionais.
- (B) No entanto, somente ao final da década de 1990, a AF passou a incorporar, de forma mais efetiva os, dispositivos constitucionais.
- (C) No entanto, somente ao final da década de 1990, a AF passou a incorporar de forma mais efetiva os dispositivos constitucionais.
- (D) No entanto, somente ao final da década de 1990 a AF, passou a incorporar de forma mais efetiva, os dispositivos constitucionais.

Questão 10. Considere as propriedades fonológicas e morfológicas das palavras presentes no seguinte trecho: **Essa reconfiguração institucional impôs uma nova paisagem assistencial à AF...** Com base nisso, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação INCORRETA.

- (A) A palavra **reconfiguração** apresenta correspondência quantitativa entre o número de letras e o de fonemas.
- (B) O vocábulo **institucional** pertence à classe gramatical dos adjetivos, sendo uniforme quanto ao gênero.
- (C) O vocábulo **Essa** pertence à classe gramatical dos pronomes, sendo um pronome demonstrativo.
- (D) A palavra **assistencial** apresenta dois fonemas a menos do que o seu total de letras.

LEGISLAÇÃO

Questão 11. Sobre tributos municipais, a Lei Orgânica traz que uma lei municipal deverá estabelecer isenção do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana para proprietários comprovadamente pobres, com _____, de baixo valor, determinando os critérios e limites para averiguação destas condições.

Preenche CORRETAMENTE a lacuna:

- (A) poucos móveis.
- (B) CPF irregular.
- (C) dívidas.
- (D) apenas um imóvel.

Questão 12. Qual das alternativas, de acordo com a Lei Orgânica, traz a legislação que compreende as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, incluídas as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, que disporá sobre as alterações na legislação tributária e que estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, entre outros?

- (A) Lei do Plano Plurianual.
- (B) Lei das Diretrizes Orçamentárias.
- (C) Lei do Orçamento Anual.
- (D) Lei dos Tributos Municipais.

Questão 13. A Lei Orgânica traz que os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais com prévia e específica autorização:

- (A) Executiva.
- (B) Legislativa.
- (C) Judiciária.
- (D) Popular.

Questão 14. O Servidor Municipal abrangido pelo Regime Próprio de Previdência Social, ingressante no serviço público municipal de Toropi até 31 de dezembro de 2019, será aposentado voluntariamente, desde que cumprido o tempo mínimo de _____ anos de efetivo exercício no serviço público e _____ anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas algumas condições previstas na Lei Orgânica.

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) cinco; cinco.
- (B) dez; dez.
- (C) cinco; dez.
- (D) dez; cinco.

Questão 15. A Lei Orgânica estabelece que, valendo-se de sua autonomia e competência asseguradas nas Constituições Federal e Estadual, o Município deve elaborar projetos ou programas de desenvolvimento local, atento aos princípios gerais estabelecidos na Constituição Federal, no campo da Atividade Econômica, da Política Urbana e de outras previstas em quantos dos itens que seguem, como exemplos? **I.** Do Desenvolvimento Rural; **II.** Da Assistência Social, da Educação, da Cultura e do Desporto; **III.** Do Meio Ambiente.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Todos os 3.

Questão 16. Analise as assertivas que seguem, com base no Regime Jurídico dos Servidores Públicos, acerca do repouso semanal:

- I.** Para cada hora de falta sem motivo justificado, o servidor perderá a mesma quantidade de horas na remuneração de repouso da semana.
- II.** Nos serviços públicos ininterruptos, poderá ser exigido o trabalho nos dias feriados civis ou religiosos, hipótese em que as horas trabalhadas serão pagas com acréscimo de cem por cento, salvo a concessão de outro dia de folga compensatória.

Acerca das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está correta.
- (B) I e II estão corretas.
- (C) Apenas I está incorreta.
- (D) I e II estão incorretas.

Questão 17. Sabe-se que o exercício de atividade em determinadas condições assegura ao servidor a percepção de um adicional de cinco, dez e vinte por cento sobre o piso básico do Município, segundo a classificação dos graus: mínimo, médio e máximo, respectivamente. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos também traz que os percentuais serão verificados periodicamente e adequados conforme o grau indicado no laudo elaborado por profissionais capacitados para este fim e demais critérios da legislação específica.

Diante disso, quais seriam as condições citadas para as características desse adicional?

- (A) Perigosas.
- (B) Constrangedoras.
- (C) Insalubres.
- (D) Penosas.

Questão 18. Analise o texto a seguir, com base no que traz o Regime Jurídico dos Servidores Públicos:

Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, à critério da Administração e com reposição de custos, até o limite de trinta e cinco por cento da remuneração, excluídas as vantagens temporárias e indenizatórias.

Acerca do texto, pode-se afirmar que ele está:

- (A) Plenamente inadequado, visto que em nada observa a legislação municipal vigente.
- (B) Parcialmente adequado, visto que o limite citado é de trinta por cento da remuneração.
- (C) Plenamente adequado, visto que observa a legislação municipal vigente.
- (D) Parcialmente adequado, visto que não são excluídas as vantagens temporárias e indenizatórias da remuneração no cálculo do limite citado.

Questão 19. De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos, o adicional por tempo de serviço, _____, é devido por ano de serviço público prestado ao Município, à razão de _____ por cento ao ano. Ainda, o servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o anuênio, e incidirá sobre o seu vencimento básico.

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) não cumulativo; um.
- (B) não cumulativo; meio.
- (C) cumulativo; um e meio.
- (D) cumulativo; um.

Questão 20. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos afirma que não será concedida ajuda de custo ao servidor que:

- I.** For posto à disposição da União, do Estado, de outro Município ou de entidade autárquica.
- II.** Se afastar da sede em virtude de mandato eletivo.
- III.** For removido a pedido ou por permuta.

Estão CORRETAS:

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) I, II e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21. Ao proceder à análise das informações orçamentárias e financeiras de uma entidade do setor público, referentes ao exercício de 2025, foram identificados os seguintes valores:

- Receitas previstas: R\$ 700.000.
- Receitas realizadas: R\$ 600.000.
- Despesas fixadas: R\$ 600.000.
- Despesas empenhadas: R\$ 500.000.
- Restos a pagar inscritos ao término do exercício: R\$ 50.000.
- Restos a pagar não processados pagos durante o exercício: R\$ 20.000.

Considerando a estrutura do Balanço Financeiro e os dados apresentados, o resultado financeiro do exercício de 2025 corresponde a:

- (A) R\$ 230.000.
- (B) R\$ 150.000.
- (C) R\$ 130.000.
- (D) R\$ 100.000.

Questão 22. Em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais – 15ª edição, o Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido tem por finalidade evidenciar a evolução do patrimônio líquido do ente federativo nos três exercícios anteriores ao da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, acompanhado da análise das principais variações ocorridas. Diante disso, esse demonstrativo integra:

- (A) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária, por evidenciar o resultado da execução orçamentária.
- (B) O Anexo de Metas Fiscais, por constituir demonstrativo exigido para acompanhar a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) O Anexo de Riscos Fiscais, por apresentar eventos capazes de afetar o patrimônio líquido futuro.
- (D) O Relatório de Gestão Fiscal, por demonstrar a evolução da situação patrimonial do ente durante o exercício.

Questão 23. Ao revisar a classificação das despesas da folha de pagamento de um Município, o Contador identificou um item registrado incorretamente no elemento de despesa 11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a alternativa que apresenta um item que NÃO pertence a esse elemento de despesa.

- (A) Subsídios.
- (B) Salário-maternidade.
- (C) Auxílio-natalidade.
- (D) Licença-prêmio por assiduidade.

Questão 24. Considere, hipoteticamente, que determinado Município deixou de disponibilizar, em tempo real e em meio eletrônico de acesso público, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em descumprimento das exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Diante dessa situação, considerando as sanções previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o descumprimento dessa obrigação poderá acarretar ao ente federativo:

- (A) O impedimento de receber transferências voluntárias e de contratar operações de crédito.
- (B) O bloqueio imediato dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
- (C) A decretação de intervenção estadual no município, mediante representação do respectivo tribunal de contas.
- (D) A nulidade dos contratos administrativos firmados pelo Município durante o período em que não foram divulgadas as informações.

Questão 25. Ao analisar a situação fiscal de um contribuinte, o Contador verificou que uma contribuição previdenciária, cujo fato gerador ocorreu na competência setembro de 2020, não foi recolhida. Constatou-se, ainda, que não houve pagamento antecipado nem lançamento do crédito tributário pela autoridade administrativa. Nessa situação, considerando as regras de decadência previstas no Código Tributário Nacional, o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extinguir-se-á em:

- (A) Setembro de 2025.
- (B) Dezembro de 2025.
- (C) Janeiro de 2026.
- (D) Setembro de 2026.

Questão 26. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, as Transferências Correntes correspondem às dotações destinadas a despesas sem contraprestação direta em bens ou serviços, incluindo contribuições e subvenções destinadas à manutenção de outras entidades públicas ou privadas. Considerando essa definição, analise os itens a seguir e assinale V, para Verdadeiro, àqueles que se enquadram como despesas de Transferências Correntes, ou F, para Falso, aos que não se enquadram como despesas de Transferências Correntes.

- () Contribuições de Previdência Social.
- () Juros da Dívida Pública.
- () Inativos e Pensionistas.
- () Amortização da Dívida Pública.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) V – V – V – F.
- (B) V – V – F – V.
- (C) F – V – F – V.
- (D) F – V – V – F.

Questão 27. De acordo com o Código Tributário do Município de Toropi (RS), o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) é lançado anualmente com base na situação física do imóvel ao término do exercício anterior. Ocorrendo alteração no imóvel durante o exercício, o lançamento poderá ser alterado, produzindo efeitos a partir do mês seguinte ao da ocorrência do fato. Nesse contexto, a alteração do lançamento ocorrerá a partir do mês seguinte:

- (A) À expedição da Carta de Habitação ou à ocupação do prédio, quando esta ocorrer antes.
- (B) Ao loteamento, ao desmembramento ou à unificação de terrenos ou prédios.
- (C) À ocorrência ou à constatação do fato, nos casos de construção interdita, condenada ou em ruínas.
- (D) À expedição da Carta de Habitação, nos casos de reforma ou restauração que não resulte em nova inscrição.

Questão 28. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos, assinale a alternativa CORRETA acerca do regime de medição nos contratos administrativos de obras e serviços de engenharia.

- (A) A medição será realizada mediante solicitação formal do contratado.
- (B) A medição será realizada ao final da execução do objeto, salvo previsão em contrário no edital.
- (C) A medição será realizada em intervalos fixos anuais, vedada a adoção de periodicidade diversa no instrumento contratual.
- (D) A medição será realizada mensalmente, sempre que compatível com o regime de execução do contrato.

Questão 29. De acordo com a Lei Complementar nº 214/2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), analise as afirmativas a seguir acerca do regime específico aplicável às operações de fornecimento de alimentação por bares e restaurantes:

- I. O fornecimento de bebidas alcoólicas não está sujeito ao regime específico, ainda que sejam preparadas no próprio estabelecimento.
- II. É vedada a apropriação de créditos do IBS e da CBS pelos adquirentes de alimentação e bebidas fornecidas pelos bares e restaurantes, inclusive lanchonetes.
- III. As alíquotas do IBS e da CBS aplicáveis às operações submetidas ao regime específico são reduzidas em 30% (trinta por cento).

Estão CORRETAS:

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.

Questão 30. Durante uma auditoria realizada pelos órgãos de controle, constatou-se que determinado servidor público recebeu vantagem econômica indevida para deixar de praticar ato de ofício que estava legalmente obrigado a realizar. Comprovado o dolo, o agente foi condenado judicialmente por ato de improbidade administrativa. Nos termos da Lei Federal nº 8.429/1992, a conduta supracitada configura ato de improbidade administrativa que:

- (A) Importa enriquecimento ilícito, em razão do recebimento de vantagem patrimonial indevida em decorrência do exercício da função pública.
- (B) Causa prejuízo ao erário, pois a omissão funcional remunerada pressupõe dano efetivo ao patrimônio público.
- (C) Atenta contra os princípios da Administração Pública, por violar os deveres de legalidade, moralidade e lealdade às instituições.
- (D) Constitui apenas infração disciplinar, pois a ausência de dano ao patrimônio público impede a caracterização da improbidade.

Questão 31. Em 2026, determinado Município recebeu R\$ 1,2 milhão da União por meio de transferência especial, decorrente de emenda individual impositiva. Ao definir a aplicação dos recursos, o Município deverá observar as restrições estabelecidas pela Constituição Federal de 1988. Nesse caso, considerando o valor recebido, o Município deverá:

- (A) Destinar até R\$ 560 mil dos recursos para ações e serviços públicos de saúde.
- (B) Utilizar até R\$ 600 mil de recursos para ações e serviços públicos de educação e assistência social.
- (C) Distribuir os R\$ 1,2 milhão igualmente entre despesas nas áreas de saúde e educação.
- (D) Aplicar, pelo menos, R\$ 840 mil dos recursos em despesas de capital.

Questão 32. Um Município pretende organizar sua estrutura administrativa. Para isso, encaminhou à Câmara Municipal um projeto de lei destinado à estruturação de novas entidades da administração pública indireta, com o objetivo de ampliar a prestação dos serviços públicos municipais. Considerando os termos da Constituição Federal de 1988, que disciplina a criação e autorização de entidades da administração pública indireta, é CORRETO afirmar que:

- (A) A sociedade de economia mista é criada diretamente por lei específica.
- (B) A lei complementar define as áreas de atuação das fundações.
- (C) A autarquia é instituída mediante autorização de lei específica.
- (D) A empresa pública é instituída por lei complementar.

Questão 33. No âmbito da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), uma entidade pode fornecer determinada compensação em troca de recursos recebidos. Quando essa compensação NÃO se aproxima do valor justo dos recursos recebidos, a transação deve ser classificada como:

- (A) Transação sem contraprestação.
- (B) Transação de natureza compensatória.
- (C) Transação de transferência patrimonial.
- (D) Transação com contraprestação.

Questão 34. Um Município possui um imóvel que não é utilizado na prestação de serviços públicos nem nas atividades administrativas. O imóvel é mantido com a finalidade de gerar receitas de aluguel e obter valorização do capital. De acordo com a NBC TSP 06 – Propriedades para Investimento, esse imóvel deve ser classificado:

- (A) No Imobilizado, dentro do Ativo Não Circulante.
- (B) Em Investimento, dentro do Ativo Circulante.
- (C) No Imobilizado, dentro do Ativo Circulante.
- (D) Em Investimentos, dentro do Ativo Não Circulante.

Questão 35. Considerando as disposições da Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 13 – Cessão de Direitos Creditórios, julgue as assertivas abaixo:

- I. Os direitos creditórios podem ter origem em diversos tipos de recebíveis perante terceiros, incluindo créditos tributários e não tributários.
- II. Considera-se cessão de direitos creditórios a operação pela qual o originador dos créditos cede a terceiros direitos creditórios derivados de créditos originários.
- III. É permitida a cessão definitiva de créditos tributários, inclusive com coobrigação, desde que autorizada por lei específica do ente.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

Questão 36. Uma empresa estabelecida em determinado município brasileiro prestou serviço, no valor de R\$ 150.000,00, para uma empresa sediada no exterior. Entretanto, o resultado do serviço foi verificado no Brasil. Considerando a Lei Complementar nº 116/2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), é CORRETO afirmar que:

- (A) O ISS não incide, pois o tomador está no exterior.
- (B) O ISS somente incide se o pagamento ocorrer em moeda nacional.
- (C) O ISS incide, pois não se caracteriza exportação de serviço.
- (D) O ISS não incide em serviços contratados por empresa estrangeira.

Questão 37. Com base na Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui o novo modelo de tributação sobre o consumo, analise as afirmativas a seguir acerca da não cumulatividade do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), julgando-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- () É permitido o creditamento relativo a bens e serviços destinados ao uso ou ao consumo pessoal.
- () O aproveitamento de créditos pode ser condicionado ao efetivo recolhimento do imposto incidente na operação anterior.
- () A isenção e a imunidade acarretam anulação dos créditos de operações anteriores.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) F – V – V.
- (B) F – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) V – F – V.

Questão 38. Em agosto de 2026, a Prefeitura Municipal contratou uma operação de crédito no valor de R\$ 2,5 milhões, destinada a antecipar recursos de impostos cujo fato gerador já havia ocorrido, mas cuja arrecadação ainda não havia sido realizada. Considerando as normas de contabilidade aplicada ao setor público, o ingresso decorrente dessa operação de crédito deverá ser reconhecido pela Prefeitura como uma receita:

- (A) Extraorçamentária.
- (B) Orçamentária.
- (C) Tributária.
- (D) Efetiva.

Questão 39. Durante a elaboração da proposta orçamentária de determinado Município, o responsável pelo planejamento orçamentário utiliza as previsões de receita como elemento fundamental para a definição das metas e dos instrumentos de planejamento. No curso da apreciação do projeto pelo Poder Legislativo, surge a possibilidade de revisão da estimativa inicialmente apresentada pelo Poder Executivo. Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, a reestimativa de receita pelo Poder Legislativo somente será admitida quando comprovado(a):

- (A) Inconsistência ou insuficiência de natureza financeira ou orçamentária.
- (B) Erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- (C) Inconsistência ou insuficiência de natureza orçamentária ou fiscal.
- (D) Erro ou omissão de natureza administrativa ou orçamentária.

Questão 40. Considere os dados apresentados no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) de determinado Município, referentes ao 1º quadrimestre de 2026. No período, a Despesa Total com Pessoal foi de R\$ 13.751.186,02, enquanto a Receita Corrente Líquida (RCL) totalizou R\$ 29.896.631,82. Com base nesses dados e nos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para a despesa com pessoal do Poder Executivo Municipal, o limite de alerta corresponde a:

- (A) R\$ 15.336.972,12.
- (B) R\$ 16.144.181,18.
- (C) R\$ 13.489.771,14.
- (D) R\$ 14.529.763,06.